

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/310 (X)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO,
REALIZADA NO DIA 16 DE JANEIRO DE 2007 EM
ADDIS ABEBA, ETIÓPIA

**NOTA INTRODUTÓRIA AO RELATÓRIO DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO, REALIZADA A 16 DE
JANEIRO DE 2007 EM ADDIS ABEBA, ETIÓPIA**

Introdução

1. A 3ª Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros do Comércio realizou-se a 16 de Janeiro de 2007 na Sede da AU em Addis Abeba, Etiópia. O objectivo principal da Conferência foi apresentar aos Ministros uma plataforma que reflecta a situação actual das negociações da OMC e dos Acordos de Parceria Económicas com a União Europeia, que estão actualmente numa fase crucial. Os Ministros deverão formular uma Posição Comum Africana para orientar os negociadores Africanos em Genebra, Bruxelas e nas capitais. A reunião também fez uma avaliação dos requisitos aos níveis nacional e sub-regional para preparar, de forma adequada, o 6º Fórum da AGOA previsto para Julho de 2007 e informar sobre os preparativos da UNCTAD XII que também terá lugar em Acra, Gana, em 2008.

Principais resultados da Conferência

2. A Conferência produziu os 2 documentos seguintes:
- i) Declaração de Addis Abeba dos Ministros Africanos do Comércio sobre as Negociações do Comércio a nível da OMC, Ref. Ext/Min/Trade/Decl.1(III), e
 - ii) Declaração Ministerial de Addis Abeba sobre as Negociações dos Acordos de Parceria Económica, Ref. (Ext/Exp/Trade/Decl.2(III))

Principais Recomendações:

A Declaração de Addis Abeba dos Ministros Africanos da União Africana sobre as Negociações do Comércio a nível da OMC, Ref.Ext/Min/Trade/Decl.1(III)

- A actual Ronda de negociações deve produzir um acordo justo e equilibrado, incluindo modalidades que integrem verdadeiramente a dimensão desenvolvimento, em conformidade com o mandato da declaração Ministerial de Doha, o Quadro de Julho e a Declaração Ministerial de Hong Kong;
- Na Agricultura, os resultados das negociações devem garantir um redução efectiva e substancial do apoio que os países desenvolvidos concedem a nível nacional e que concorre para a distorção do comércio,

associado às necessárias normas para evitar a mudança de classificação e de apoio entre os produtos;

- Quanto ao algodão, basear-se em desenvolvimentos positivos alcançados até agora e pedir ao Director Geral da OMC para organizar uma reunião, o mais depressa possível, em 2007 para fazer o balanço da situação do sector do algodão no quadro do acompanhamento do mandato dado pela Conferência Ministerial de Hong Kong;
- Os resultados das Negociações sobre o Acesso aos Mercados não-agrícolas (NAMA) não devem conduzir à desindustrialização das economias Africanas;
- Relativamente ao Acesso ao Mercado Livre isento de quotas para os produtos originários dos PMA's, os Membros devem basear-se nos resultados positivos da 6ª Conferência Ministerial da OMC;
- Relativamente as negociações sobre Serviços os países Africanos devem ser autorizados a fazer a liberalização de acordo com os seus respectivos níveis de desenvolvimento;
- A facilitação do comércio deve, entre outras questões, tratar dos constrangimentos ligados às infra-estruturas físicas e à capacidade comercial;
- Os ministros solicitaram à Comissão Económica para África, ao Banco Africano de Desenvolvimento, ao Centro Internacional do Comércio, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e outras agências de cooperação para ajudar o Grupo Africano e dar uma resposta rápida à evolução das negociações e, em particular, assistir o Grupo a desenvolver um pacote operacional especial e diferencial na próxima fase de modalidades;
- Os Ministros reforçaram a necessidade de os resultados da Ronda serem orientados para o desenvolvimento;
- Exortaram aos principais parceiros comerciais a demonstrarem a necessária vontade política para facilitar o recomeço das negociações.

Declaração Ministerial de Addis Abeba sobre as Negociações relativas aos Acordos de Parceria Económica – Ref.(Ext/Exp/Trade/Dec.2(III))

- Os Ministros lançaram um apelo à Comissão Europeia no sentido de demonstrar flexibilidade e responder positivamente às preocupações de África e conceder recursos adicionais para enfrentar o desafio dos custos de ajustamento. A este respeito, solicitaram um alargado mecanismo de

- ajustamento dos APE para além dos Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED);
- Os Ministros reiteraram que as negociações dos APE's devem ser coordenados mesmo a nível técnico e que a Comissão da UA deve ser envolvida em eventos de todos os grupos regionais;
 - O estudo deve fazer recomendações sobre todas as questões pendentes e sobre os quatro grupos negociáveis devem coordenar actividades e produzir um relatório consolidado com a assistência da Comissão da UA e da CEA;
 - O Artigo XXIV do GATT de 1994 deve ser revisto para integrar a dimensão pró-desenvolvimento dos APE's.

6º Fórum da AGOA e CNUCED XII

3. Os Estados Membros foram instados a preparar-se convenientemente para esses eventos.

Recomendações

4. **Fez-se um apelo ao Conselho no sentido de se recomendar à Cimeira para que transmitisse uma viva mensagem à Comunidade Internacional e aos Parceiros de Desenvolvimento sobre a necessidade da retoma de forma célere e completa das negociações da Ronda de Doha no quadro da OMC e garantir que a sua execução seja bem sucedida.**
5. **Solicitou-se igualmente ao Conselho para que recomendasse à Cimeira a exortar à Comissão Europeia e aos seus Estados Membros para prorrogarem a data da conclusão das negociações da EPA e trabalhar em conjunto com os países ACP por forma a obter a derrogação necessária ao nível da OMC.**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

EX.CL/310 (X)
Anexo 1

**RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS DO COMÉRCIO DA UA, A NÍVEL DE PERITOS
15 DE JANEIRO DE 2007**

ADIS ABEBA , ETIÓPIA

RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO DA UA, A NÍVEL DE PERITOS

INTRODUÇÃO

1. A 3ª Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros do Comércio da UA, realizou-se a nível de peritos a 16 de Janeiro de 2007, na Sala de Conferências da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia. A reunião foi precedida de uma Reunião de Altos Funcionários, presidida por S.Exc^a Mukhisa Kituyi, Ministro do Comércio e Indústria da República do Quênia, Presidente da Conferência.

PRESENCAS

VER A LISTA DOS PARTICIPANTES

2. Participaram na reunião , os seguintes Estados Membros:

- | | |
|-------------------------------|------------------|
| 1. Argélia | 23. Líbia |
| 2. Angola | 24. Madagáscar |
| 3. Benin | 25. Malawi |
| 4. Botswana | 26. Mali |
| 5. Burkina Faso | 27. Maurícias |
| 6. Burundi | 28. Moçambique |
| 7. Camarões | 29. Namíbia |
| 8. Cabo Verde | 30. Níger |
| 9. Chade | 31. Nigéria |
| 10. Congo | 32. Rwanda |
| 11. Rep. Democrática do Congo | 33. RASD |
| 12. Côte d'Ivoire | 34. Senegal |
| 13. Djibouti | 35. Sierra Leone |

- | | |
|----------------------|-------------------|
| 14. Egipto | 36. África do Sul |
| 15. Etiópia | 37. Sudão |
| 16. Gabão | 38. Swazilândia |
| 17. Gâmbia | 39. Tanzânia |
| 18. Gana | 40. Togo |
| 19. Guiné | 41. Tunísia |
| 20. Guiné Equatorial | 42. Uganda |
| 21. Quênia | 43. Zâmbia |
| 22. Lesoto | 44. Zimbabwe |

3. As seguintes Comunidades Económicas Regionais (CERs) participaram na reunião: CEN-SAD, COMESA, CEAAC, SADC e UEMOA.

4. Estiveram representadas na reunião, as seguintes organizações inter-governamentais: ACP, BAD, CFC, Commonwealth, ITC, OIF, PNUD, UNECA, OMC, Banco Mundial.

5. As seguintes ONGs também estiveram representadas: Africa Trade Network, ILEAP e SEATINI.

6. A reunião adoptou a seguinte Agenda:

1. Sessão de Abertura
2. Análise do Relatório da Reunião de Altos Funcionários
3. Adopção da Declaração Ministerial sobre as Negociações com a OMC
4. Adopção da Declaração Ministerial sobre as Negociações dos APEs
5. Informação sobre os preparativos para a CNUCED XII
6. Data e local da 5ª Conferência dos Ministros Africanos do Comércio
7. Diversos e Encerramento da Reunião

7. O Relator da reunião de Altos Funcionários, o Egipto, apresentou o Relatório que foi anotado pelos Ministros.

8. A reunião também analisou e adoptou os seguintes documentos emendadas:

- a) Declaração de Adis Abeba dos Ministros Africanos do Comércio sobre as Negociações Comerciais com a OMC (Ref: Ext/Min/Trade/Decl.1 (III)); e
- b) Declaração Ministerial de Adis Abeba sobre as Negociações dos Acordos de Parceria Económica (Ext/Exp/Trade/Decl.2 (III)).

9. Estes documentos encontram-se em anexo.

10. Sua Exc^a, Alan Kyerematen, Ministro do Comércio e Indústria da República do Gana informou os Ministros sobre os preparativos para a organização da CNUCED XII em Acra, Gana, em 2008. evocou a Decisão do Conselho EX.CL/Dec.222 (VII) aceitando a oferta do Gana para acolher a CNUCED XII e convidou todos os Estados Membros a participar activamente e a dar a sua contribuição para o sucesso da Conferência. Deu informações detalhadas sobre os preparativos, tanto a nível nacional como a nível de Genebra, com o Secretariado da CNUCED em termos de logística e preparação de documentos. Garantiu aos Ministros que uma vez que o Gana ia comemorar o 50^o Aniversário da Independência em Março, acolher a Cimeira em Junho e o 6^o Fórum da AGOA em Julho de 2007 respectivamente, também tinha condições para acolher a CNUCED XII em 2008.

11. O Ministro Kyerematen informou ainda os Ministros sobre os preparativos para o 6^o Fórum da AGOA previsto para 18 e 19 e Julho de 2007, declarando que uma estrutura semelhante à da CNUCED XII tinha sido criada para garantir a preparação do 6^o Fórum da AGOA. Sublinhou o facto de ser necessário adoptar uma estratégia do Grupo Africano antes da reunião com os Estados Unidos. Lembrou que na sequência da 1^a reunião consultiva do Grupo Africano realizada em Washington em 2006 e antes do 5^o Fórum da AGOA, cada país elegível à AGOA foi incumbido de elaborar a sua estratégia nacional de resposta à AGOA e que para garantir um processo participativo, as organizações sub-regionais tinham sido convidadas a organizar reuniões consultivas antes do Fórum e a analisar os progressos registados na elaboração dessas estratégias e seus subseqüentes planos de implementação. O resultado dessas reuniões sub-regionais irá enriquecer a reunião consultiva do Grupo Africano ao nível de peritos e de Ministros respectivamente, agendada para 16 e 17 de Julho de 2007. A este respeito, lançou um apelo a todos os Estados Membros envolvidos no sentido de finalizarem os seus planos e estratégias. A concluir, apontou uma inovação

na organização do Fórum, que diz respeito à participação do sector privado e da sociedade civil nas discussões plenárias.

12. Relativamente à data e ao local da 5ª Sessão Ordinária da Conferência, dois Estados Membros, nomeadamente o Congo e a África do Sul ofereceram-se para acolher a reunião. Após consultas entre os dois países, ficou decidido que o Congo acolherá a próxima Conferência Ordinária.

13. O Ministro Kituyi encerrou a Conferência agradecendo todos os participantes pela sua excelente colaboração e apelando ao reforço da capacidade da Comissão da União Africana tendo em conta as crescentes solicitações do apoio técnico por parte dos Estados Membros e das CERs nesta fase crucial das negociações.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

EX.CL/310 (X)
Anexo 2

DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO
DA UNIÃO AFRICANA SOBRE AS
NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS NA OMC

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO DA UNIÃO AFRICANA
SOBRE AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS NA OMC**

Nós, Ministros Africanos do Comércio, reunidos em Adis Abeba a 16 de Janeiro de 2007; tendo analisado os acontecimentos desde a nossa última reunião realizada em Nairobi em Abril de 2006 e a suspensão subsequente das negociações da Ronda de Doha em Julho de 2006 ;

Considerando os desafios que essas negociações representam para a África e as aspirações legítimas dos seus povos como sublinhado pelo Presidente em exercício da União Africana na Sua Declaração de 6 de Outubro de 2006 alusiva à retomada das negociações;

Analisando os avultados custos contraídos e os esforços feitos pelos países Africanos em termos de recursos humanos e financeiros desde o lançamento da Ronda em Novembro de 2001;

Realçando a necessidade premente da Ronda de Negociações atingir resultados que tenham em devida conta os objectivos de desenvolvimento consagrados na Declaração Ministerial de Doha, posteriormente reiterados na Decisão do Conselho Geral de 01 de Agosto de 2004 (Acordo-Quadro de Julho), e pela 6ª Conferência Ministerial da OMC realizada entre 13 e 18 de Dezembro de 2005 em Hong Kong;

Sublinhando o entendimento alcançado no seio do Comité das Negociações Comerciais (CNC) na sua reunião de 16 de Novembro de 2006, para se basear nas consultas bem como a necessidade de garantir um processo abrangente, inclusivo e transparente em todas as áreas negociais;

Destacando o facto de os Países Africanos e, particularmente os Países Menos Avançados (PMAs) terem necessidades específicas devido à sua situação particular e ao seu nível de desenvolvimento;

Tendo em consideração as consequências nefastas dos apoios internos e dos subsídios concedidos ao algodão por parte dos países desenvolvidos para as economias e as populações dos países produtores de algodão em África;

Reafirmando as nossas posições e preocupações constantes no Consenso de Kigali (27-28 de Maio de 2004), o Roteiro de Cairo sobre o Programa de Trabalho de Doha (5-9 de Junho de 2005), o Modelo de Desenvolvimento de Arusha (21 -24 de Novembro de 2005), a Declaração Ministerial de Arusha sobre os Produtos de Base (21-23 de Novembro de 2005) e a Declaração Ministerial de Nairobi (12-14 de Abril de 2006);

Registando com preocupação que ainda subsistem divergências nas posições expressas pelos principais intervenientes nas negociações, especialmente no que tange a dimensão desenvolvimento, que tem impedido uma conclusão bem sucedida e em tempo útil das negociações;

1. **SALIENTAMOS** ser importante para os Membros bem como para a economia global, que a actual Ronda de negociações culmine com um acordo justo e equilibrado, incluindo modalidades completas que irão de facto integrar a dimensão desenvolvimento, em conformidade com o mandato conferido pela Declaração Ministerial de Doha, o Acordo-Quadro de Julho e a Declaração Ministerial de Honk Kong, que permanecem as únicas referencias com base nas quais essas negociações deverão ser conduzidas. A este respeito, a criação de modalidades parciais que excluem as preocupações da África e dos PMAs não será conducente resultados produtivos e aceitáveis;

2. **REAFIRMAMOS**, nessa etapa crucial, a nossa disponibilidade, em participar com todos os Membros da OMC, para garantir que as negociações sobre a agricultura respondam aos compromissos assumidos no quadro do mandato de Doha. Os resultados das negociações deverão assegurar a redução substancial e efectiva dos apoios internos com efeitos de distorção de trocas concedidos pelos países desenvolvidos, com disciplinas que impedem a transferência entre categorias e a transferência dos apoios entre os produtos; melhoria substancial no acesso ao mercado; e eliminação rápida de todas as formas de subsídios à exportação, considerando de igual modo as preocupações dos países em desenvolvimento importadores líquidos de produtos alimentares e dos PMAs. Os resultados deverão também abarcar a questão da ajuda alimentar, em conformidade com a proposta conjunta do Grupo Africano e dos PMAs em Março de 2006; resolver a questão das preferências de longa data e a erosão das preferências, incluindo a questão da banana e de outros produtos de base através de soluções viradas para o comércio, nomeadamente a instauração de períodos de referência de certa duração ou de efeito equivalente; e garantir que o Tratamento Especial e Diferenciado eficaz e operacional, os Produtos Especiais e o Mecanismo de Protecção Especial sejam completamente integrados nos resultados finais, tendo em vista as necessidades e as preocupações de desenvolvimento de África.

3. **EXORTAMOS** aos Membros da OMC no que respeita à questão do algodão, para que se fundamentem nos avanços positivos da Decisão do Conselho Geral de 1 de Agosto de 2004 e na Sexta Conferencia Ministerial. **SOLICITAMOS AINDA** ao Director êGeral da OMC para acelerar o processo de consulta sobre as abordagens e os mecanismos que permitirão tratar as perdas de receitas resultantes da queda dos preços do algodão e informar os Membros da OMC. **APELAMOS DE IGUAL MODO** ao Director Geral da OMC para organizar uma reunião o mais breve possível em 2007, para fazer o ponto da situação sobre a evolução dos aspectos que se prendem com o sector do algodão, no quadro do seguimento do mandato atribuído pela Conferencia Ministerial de Hong Kong.

4. **SUBLINHAMOS** que o resultado das negociações sobre o Acesso aos Mercados para os Produtos Não-Agrícolas (AMNA) não deveria conduzir à desindustrialização das economias Africanas. Deverão ser concedidas soluções flexíveis, uma reciprocidade que não seja total, um Tratamento Especial e Diferenciado para responder às necessidades e às preocupações dos países Africanos, incluindo soluções comerciais para o problema da erosão das preferências.

5. **SALIENTAMOS AINDA** que o Acesso ao Mercado Livre de Taxas Aduaneiras e sem contingência para os produtos provenientes dos Países Menos Avançados (PMAs) é sempre um tema em negociação que deve ser mantido na Sessão Especial do Comité de Comércio e Desenvolvimento, tendo em conta as propostas formuladas pelos PMAs. Neste sentido, exortamos os Membros da OMC a criar condições favoráveis à realização da Sexta Conferência Ministerial da OMC.

6. **INSISTIMOS** que as negociações sobre os Serviços prestem uma atenção especial aos sectores e modalidades de abastecimento adequadas aos países Africanos, e respeitem as disposições flexíveis do Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços para permitir os Países Africanos liberalizar as suas economias de acordo com os seus níveis nacionais de desenvolvimento. Pedimos igualmente a implementação integral das modalidades com base nas propostas feitas pelos PMAs em Março de 2006. Neste sentido, reiteramos a nossa posição conforme estipulada na Declaração de Nairobi.

7. **REAFIRMAMOS** que as negociações sobre a Facilitação das Trocas Comerciais devem ter em consideração a necessidade de fornecer apoio técnico e financeiro e reforçar as capacidades durante as negociações, durante e depois da fase de implementação. Tal apoio deverá servir para, entre outros, eliminar os constrangimentos de infra-estruturas físicas e de trocas comerciais. Deve-se prever disposições adequadas para o Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento, nomeadamente os PMAs, para que vantagens tangíveis possam resultar do processo de reforma.

8. **SOLICITAMOS** à CEA (Comissão Económica das Nações Unidas para África), ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), ao Centro de Comércio Internacional (CCI), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), à CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e outras instituições parceiros para apoiarem o Grupo Africano a se adaptarem rapidamente à evolução da dinâmica das negociações e, em particular apoiar o Grupo na concepção de um conjunto de propostas operacionais e eficazes sobre o tratamento especial e diferenciado para a fase subsequente das modalidades.

9. **RELEMBRAMOS** o compromisso assumido na Ronda de Doha para colocar as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento, especialmente os Países Menos Avançados, no centro da Ronda de Doha. Por isso, reiteramos o interesse partilhado para que os resultados sejam favoráveis ao desenvolvimento. Realçamos a indivisibilidade desse programa de desenvolvimento, nomeadamente a necessidade de assegurar resultados ambiciosos na matéria.

10. **SOMOS PROFUNDAMENTE CONTRA** a degradação da dimensão de desenvolvimento da Ronda de Doha e a qualquer tentativa de alterar o mandato actual, tendo em conta a situação especial dos países Africanos e a necessidade de se alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs).

11. **EXORTAMOS** os Membros da OMC, em particular os principais parceiros comerciais que têm responsabilidades acrescidas nas referidas negociações, para serem flexíveis e manifestarem a vontade política necessária no sentido de facilitar o recomeço das negociações e à saída do impasse.
12. **ENCORAJAMOS** o Director Geral da OMC a prosseguir com as suas consultas e a assegurar que o processo global das negociações seja completamente transparente, inclusivo e conduzido pelos próprios Membros.
13. **REAFIRMAMOS** a nossa solidariedade para com todos os Membros Africanos envolvidos no processo de adesão à OMC e pedimos a todos os Membros da OMC para facilitar e acelerar o processo de adesão dos referidos países, conforme estipulado na nossa Declaração de Nairobi. Em conformidade com as directivas sobre o aceso dos PMAs adoptadas pelos Membros da OMC em 10 de Dezembro de 2002, sublinhamos que os PMAs em processo de adesão, não devem ser levadas a negociar concessões e compromissos que ultrapassem os que foram assumidos, pelos PMAs Membros da OMC. De igual modo, salientamos que os Países Africanos não PMA no processo de adesão não devem ser forçados a fazer concessões e a assumir compromissos que não sejam compatíveis com o seu nível de desenvolvimento e que ultrapassem os compromissos assumidos com os Países em Desenvolvimento, Membros da OMC.
14. **REFORÇAMOS** a nossa determinação de contribuir para o surgimento de um sistema comercial multilateral reforçado ao serviço do desenvolvimento de todos os membros da OMC, através de Acordos Comerciais Regionais .
15. **CIENTES** do facto de muitos Países Africanos se encontrarem actualmente em fase de negociação dos Acordos de Parceria Económica (APE) com a União Europeia, e tendo em mente que os resultados deverão estar conformes às normas da OMC, instamos os membros da OMC para apoiarem a proposta dos ACP de integrar a dimensão de desenvolvimento nas negociações, sobre a revisão e a clarificação do Artigo XXIV do GATT de 1994.
16. **CONCORDAMOS** que a Assistência ao Comércio não se pode substituir aos objectivos de desenvolvimento definidos pela Agenda de Desenvolvimento de Doha. Por conseguinte, os recursos a serem afectados no quadro da Assistência ao Comércio deverão ser realmente adicionais, previsíveis, não condicionais e concedidos como donativos, para melhorar as capacidades de oferta, desenvolver as infra-estruturas relacionadas com o comércio, reforçar as capacidades humanas e institucionais e fazer face aos custos de implementação das normas do comércio multilateral. Pedimos que as recomendações do Grupo de Trabalho sejam implementadas de forma rápida e independente, tendo em conta a dimensão regional dos projectos e programas implementados em África.
17. **SOLICITAMOS** a implementação efectiva e em tempo útil das recomendações do Grupo de Trabalho sobre o Quadro Integrado Reforçado (QI), por forma a resultar em vantagens positivas para os PMAs.

18. SUBLINHAMOS que a assistência técnica e o reforço de capacidades componentes essenciais do programa de Trabalho de Doha. Apelamos aos nossos parceiros de desenvolvimento para disponibilizarem recursos à CEA e ao Centro Africano de Política Comercial (CAPC), a fim de que possam intervir na prestação de apoio técnico em matéria de comércio aos Países Africanos. Apelamos igualmente aos nossos parceiros de desenvolvimento para financiarem de forma adequada a assistência e reforço de capacidades através de, entre outros, do Quadro Integrado de Reforço, do Programa Conjunto e Integrado de Assistência Comercial (PCIAC) e outros mecanismos complementares.

19. RECONHECEMOS que alguns países Africanos beneficiaram deste programa. **Solicitamos, por conseguinte,** a continuidade do programa e a implementação do JITAP III. A este respeito, **SOLICITAMOS** aos nossos parceiros de desenvolvimento e às organizações multilaterais competentes para garantirem que os objectivos visados pelo JITAP III desde o início não sejam subestimados mas sim consolidados, a fim de servirem de mecanismo de concessão de assistência técnica e de reforço de capacidades em África, para permitir a participação dos países que já beneficiaram do programa e dos que pretendem associar-se à sua formulação e à consolidação da nova fase do programa.

20. ESTAMOS AINDA DETERMINADOS em reforçar a sinergia entre os países Africanos que o JITAP III continua a promover; congratulamo-nos com a decisão tomada durante o Seminário sobre a criação da rede de instituições intervenientes no comércio dos serviços, realizado em Tunes, em Junho de 2006, com vista a criar uma rede inter-africana sobre o comércio de serviços e **PEDIMOS** aos nossos parceiros de desenvolvimento e às organizações multilaterais competentes para prestarem assistência na criação e operacionalização desta rede, como instrumento de promoção de intercâmbios inter-africanos. **CONCORDAMOS,** a este respeito, com a criação de um mecanismo de acompanhamento das recomendações da Reunião de Tunes neste domínio.

21. SUBLINHAMOS a necessidade de garantir uma representação justa e equilibrada da África no Secretariado da OMC e, em particular, estamos preocupados com a sub-representação da África. Pedimos que esta situação seja reparada.

22. RECONHECEMOS que os países em desenvolvimento têm um objectivo estratégico comum com vista a promover com a dimensão e desenvolvimento da Ronda de Doha. Saudamos a unidade manifestada desde a Conferência Ministerial de Hong Kong pelos vários grupos de países em desenvolvimento.

23. REITERAMOS o nosso compromisso em trabalhar para a concretização dos objectivos da Ronda de Doha e para a conclusão bem sucedida das negociações .

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

EX.CL/310 (X)
Anexo 3

**DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE ADIS ABEBA SOBRE AS
NEGOCIAÇÕES DOS ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA**

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE ADIS ABEBA SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DOS ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA

Nós, Ministros do Comércio dos Estados-membros da União Africana, reunidos na Terceira Sessão Extraordinária, a 16 de Janeiro de 2007;

Evocando os objectivos contidos no Acordo de Georgetown e no Acordo de Parceria de Cotonou;

Reafirmando as posições contidas nas Declarações das Maurícias, Cairo e de Nairobi sobre as Negociações dos Acordos de Parceria Económica;

Evocando as Decisões sobre os Acordos de Parceria Económica do Conselho de Ministros dos ACP realizado em Khartoum, Sudão, em Dezembro de 2006;

Tendo em consideração as conclusões da Cimeira da União Africana realizada em Banjul, Gâmbia, em Julho de 2006, que, entre outras, abordou as questões de harmonização das CERs africanas, incluindo a sobreposição de filiações e a incongruência entre as configurações negociais dos APE e os grupos de integração regional;

Tendo em consideração os relatórios sobre as negociações dos APE a nível regional que, em geral, indicam progressos deficientes em todos os aspectos das negociações e, em particular, o atraso da Comissão Europeia em responder a certas questões apresentadas pelos negociadores africanos e que se relacionam, entre outros, com a dimensão desenvolvimento, o acesso ao mercado e à integração regional bem como o pedido da Comissão Europeia para a inclusão das questões de nova geração;

Preocupados com o facto de, nesta fase avançada das negociações, as prioridades de África não terem sido tratadas de forma positiva e adequada pela Comissão Europeia;

Tomando em conta os relatórios da CEA e das quatro regiões africanas sobre a Revisão Geral dos APE, no quadro do Artigo 37.4 do Acordo de Cotonou;

Considerando que os APE devem conduzir à promoção do desenvolvimento económico de todos os Estados africanos;

Considerando as conclusões sobre a operacionalidade da Ajuda para o Comércio, adoptadas pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da União Europeia, a 16 de Outubro de 2006;

Tendo em conta a necessidade de garantir que os APE tenham em conta os problemas africanos com o custo da ajuda do ajustamento e o reforço da capacidade de oferta, o acesso ao mercado, incluindo as flexibilidades relacionadas com o tratamento dos produtos, o período de transição, bem como o financiamento das infra-estruturas relacionadas com o comércio;

Sublinhando o facto de que a integração regional é uma prioridade para África, de acordo com os instrumentos e programas legais para a criação das Comunidades Económicas Regionais e, progressivamente, da Comunidade Económica Africana e em harmonia com o Acto Constitutivo da União Africana;

Reiterando que as regiões africanas deverão poder continuar os seus processos de integração num ritmo compatível com as suas capacidades políticas, económicas e sociais;

Verificando que o nível de preparação para a conclusão dos Acordos de Parceria Económica é inadequado em África, devido à falta de conclusão dos estudos de avaliação do impacto a nível do país:

1. **Por conseguinte**, lançamos um apelo à Comissão Europeia no espírito de parceria, para que demonstre flexibilidade e responda de forma adequada e positiva às preocupações de África;
2. **Lançamos igualmente** um apelo à União Europeia e aos seus Estados-membros para que concedam recursos adicionais, de acordo com os compromissos assumidos, dando atenção às necessidades de desenvolvimento e de financiamento de África para reforçar a competitividade e tratar das questões ligadas aos constrangimentos da oferta e das infra-estruturas;
3. **Plenamente conscientes** dos possíveis elevados custos de ajustamento que os Acordos de Parceria Económica poderão representar durante a fase de implementação e como as questões relativas ao modo de ajustamento ainda persistem, devem ser definidas medidas correctas que ajudarão os países a tratar os desafios do ajustamento. **Assim, reiteramos** o apelo no sentido de haver um mecanismo alargado de ajustamento apropriado que abarque o desenvolvimento social, as reformas económicas, o desenvolvimento do sector privado e das instituições;
4. **Tendo analisado** os resultados preliminares do Estudo Global, instamos todas as partes que façam o balanço das negociações e explorem todas as alternativas para garantir que não haja perturbações no comércio, incluindo a possibilidade de estender o período das negociações;
5. **Instruímos** os nossos negociadores em cada uma das regiões, para assegurarem a coordenação das negociações dos Acordos de Parceria Económica, incluindo a nível técnico. A este respeito, a coordenação das negociações pela UA, deve ser reforçada. Os grupos negociais devem envolver a Comissão da União Africana nos seus eventos e negociações;
6. **Instruímos** os nossos negociadores para garantirem que o estudo analise exaustivamente e faça recomendações sobre todas as questões pendentes

nas negociações, e que os quatro grupos de negociação africanos coordenem as suas actividades nesta matéria e elaborem um relatório consolidado, com o apoio da Comissão da União Africana, em colaboração com a Comissão Económica para a África.

7. **Conscientes** de que o Artigo XXIV do GATT de 1994, tal como actualmente interpretado pela UE, não é compatível com os Acordos de Pareceria Económica orientados para o desenvolvimento, evocamos a proposta apresentada pelo Grupo dos Países ACP na OMC e exortamos os membros da OMC a considerarem esta proposta na íntegra.

Feito em Adis Abeba, a 16 de Janeiro de 2007

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report of the 3rd extraordinary session of the African Union conference of ministers of trade,

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4211>

Downloaded from African Union Common Repository